

EMENTA DISCIPLINA TÓPICOS ESPECIAIS

“DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL (JURISDIÇÃO INTERNACIONAL)”

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – UNB / UFES / UFMG

DISCIPLINA

TÓPICOS ESPECIAIS (4 créditos)

Códigos: FDD 384984 (UnB) / PDIR-2051 (UFES) /

Título: Direito Internacional Privado e Processo Civil Internacional (Jurisdição Internacional)

PROFESSORES

Inez Lopes Matos Carneiro de Farias (UnB)

Valesca Raizer Moschen Borges (UFES)

Fabício Bertini Pasquot Polido (UFMG)

Quarta-feira, das 8h às 11h40 (aulas remotas síncronas e assíncronas) (CALENDÁRIO ESPECIAL).

EMENTA

Seminários de pesquisa na modalidade de disciplina conjunta oferecida entre os Programas de Pós-Graduação em Direito - UnB, UFES e UFMG - Rede de Cooperação entre Programas de Pós-Graduação em Direito e Rede Latinoamericana de Pesquisa em Direito Processual Civil Internacional e Centro de Estudos Jurídicos Transnacionais e Comparados.

PROGRAMA

I) Sessão introdutória e conjunta: abertura dos trabalhos e instruções metodológicas

II) Jurisdição e geopolítica

1. Poder, soberania e racionalidade.
2. Superpotências e eixos jurisdicionais: Estados Unidos, China.

3. Jurisdição e o "Sul Global".
4. Caso de investimento África.

III) Jurisdição em matérias civil, comercial e penal e o processo transnacional

1. Jurisdição internacional e competência internacional.
2. Fundamentos de política normativa e bases jurisdicionais.
3. Fontes jurídicas autônomas, internacionais e transnacionais.
4. Caso jurisdição em matéria esportiva.

IV) Jurisdição e suas interfaces com os mecanismos judiciais e extrajudiciais

1. Autonomia da vontade.
2. Pactos atributivos de jurisdição (eleição de foro exclusivo/cláusulas arbitrais).
3. Mecanismos autocompositivos (mediação, conciliação) e heterocompositivos (arbitragem).
4. Convergências: mecanismos adjudicatórios e tribunais comerciais globais.

V. Interfaces entre Jurisdição, CJI e Reconhecimento de sentenças Estrangeiras

1. Reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras, (des)confiança mútua.
2. Jurisdição vs. jurisdição indireta e filtros jurisdicionais.
3. Jurisdição exorbitante.
4. CJI, jurisdição e nulidades: pedidos de cooperação e adequação dos meios.

VI. Jurisdição e Imunidades do Estados e organizações internacionais

1. Distinções aplicáveis para sistemática das imunidades.
2. Imunidades de jurisdição e execução dos Estados.
3. Imunidades de jurisdição e execução de OIs.
4. Cenários: Litígios transnacionais do trabalho, terceirização de atividades militares.

VII. Jurisdição e atos de corrupção transnacional

1. Aspectos civis e comerciais da jurisdição em litígios envolvendo corrupção.
2. Jurisdição sobre obrigações contratuais fundadas em atos corruptores.
3. Organizações religiosas e corrupção transnacional.
4. Caso da Igreja Universal/Lusofonia.

VIII. Jurisdição em propriedade intelectual e litígios transnacionais em tecnologias

1. Litígios transnacionais da propriedade intelectual.
2. Jurisdição em PI e jurisprudência.
3. Harmonização em matéria de PI.
4. Caso Cachaça vs Tequila.

IX. Jurisdição e dados

1. Litígios transnacionais envolvendo dados e privacidade.
2. Eficácia extraterritorial das leis de proteção de dados.
3. Jurisdição de dados e eficácia extraterritorial.
4. Caso Snowden.

X. Jurisdição e direitos coletivos

1. Ações em matéria ambiental, litígios transnacionais (caso Shell/Holanda).
2. Jurisdição sobre conflitos da crise sanitária/vacinas.
3. Caso Mattel.
4. Caso Brasileiros em condições análogas a escravo em Angola.

XI. Jurisdição, acesso à justiça e direitos humanos

1. Acesso à justiça transnacional: aspectos regulatórios.
2. Jurisdição e violação transfronteiriça de direitos humanos.
3. Caso Kiobel.
4. CC vs França.